



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 120 Exercício de: 2025

Encaminhado pela Presidência
(CMJ) Rodrigo Reis de Souza
em 06/08/25 para
Parecer da Comissão
Recebido [assinatura]

Projeto de Lei Complementar nº 009/25 – Revoga o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município – CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.

Nome: Executivo Municipal

APROVADO EM 19 DISCUSSÃO
em Sessão de 19/08/25

APROVADO EM 29 DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>—</u>
Abstenções	<u>—</u>
19.08.25	

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>—</u>
Abstenções	<u>—</u>
02.09.25	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi

LIDO EM SESSÃO
DE 09/08/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2025

Revoga o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno.

DAVID HILARIO NETO, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, nos termos do Processo SEI nº 3524709.420.00004174/2025-14,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar nº 395, de 14 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 16 de junho de 2025.

APROVADO EM 19 DISCUSSÃO
em Sessão de 19/08/25

APROVADO EM 29 DISCUSSÃO
em Sessão de 02/09/25

DAVID HILARIO NETO

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	—
Abstenções	—
19-08-25	

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	—
Abstenções	—
02-09-25	



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 16/06/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0233040** e o código CRC **0375A920**.



Referência: Processo nº 3524709.420.00004174/2025-14

SEI nº 0233040

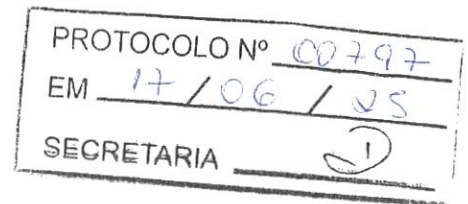
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA****OFÍCIO Nº 046/2025**

Jaguariúna, em 16 de junho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna



Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa respeitável Câmara Municipal, o incluso PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, que revoga o inciso I, do artigo 14, da Lei Complementar nº 395/2023, que dispõe sobre a criação da Controladoria Geral do Município - CGM, do Sistema de Controle Interno e dos cargos de Controlador Geral e de Controlador Interno e dá outras providências.

A atuação da Controladoria Geral é notoriamente complexa, técnica e estratégica, envolvendo responsabilidades que ultrapassam o ordinário do serviço público. Trata-se de um órgão que lida com informações sensíveis, documentos sigilosos e decisões que impactam diretamente a legalidade e a moralidade administrativa.

Apesar disso, a atual redação do art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 395/2023, estabelece que o servidor só pode receber a gratificação prevista após completar um ano de efetivo exercício. Essa exigência não se sustenta na prática. Ora, se o servidor já está exercendo todas as funções — com a mesma carga de responsabilidade, sigilo e técnica — seria o incoerente e desestimulador só “merecer” a gratificação após um ano.